Em guerra por engano

A crise entre o Brasil e o Canadá poderia ter sido evitada – mas deixou ensinamentos úteis

PEDRO EDUARDO DE FELÍCIO

O Brasil recebeu o comunicado da suspensão do embargo de seus produtos de carne bovina na sexta-feira, 23 de fevereiro deste ano, e o povo comemorou a vitória na *guerra* contra o Canadá nos quatro dias seguintes.

Em pouco tempo, somente os personagens de algum modo envolvidos com os acontecimentos se lembrarão dos contornos e detalhes da crise, que durou três semanas.

Para a população brasileira restará a recordação de que o primeiro carnaval do terceiro milênio foi precedido de uma frustrada tentativa canadense de abalar o prestígio que o país vem conquistando no mercado internacional, pois foi essa a versão que a mídia veiculou amplamente.

No entanto, há outros elementos que precisam ficar claros em benefício de uma historiografia mais completa dessa crise que parece ter chegado a um final feliz.

A disputa entre Brasil e Canadá não é o primeiro e nem terá sido o último conflito de interesses que o país enfrenta, por questões sanitárias ou de qualquer outra natureza. O momento é propício para uma análise dos eventos da crise e pode ser útil como preparação para futuros embates.

Crise e desinformação

O ano 2001 começou, na Europa, com a confirmação laboratorial de 19 novos casos de BSE (encefalopatia espongiforme bovina), conhecida como doença da vaca louca na Alemanha, Espanha, França e Itália.

A União Européia fora tomada de pânico já em 2000, com sete casos na Alemanha, nove na Bélgica, dois na Espanha, 162 na França, 152 na Irlanda, 136 em Portugal e 33 na Suíça. O consumo de carne caiu abruptamente nesses países.

Numa atitude inédita na política mundial, o governo alemão, acusado de negligência nas medidas preventivas contra a BSE, demitiu os ministros da agricultura e da saúde, no dia 9 de janeiro, para aplacar a ira dos consumidores.

No Brasil, descobriu-se um foco de *scrapie* – referência à expressão inglesa *to scrape against something*, que significa esfregar-se contra alguma coisa, um dos sintomas dos animais doentes – em ovinos, que exigiu a eliminação de um rebanho de centenas de ovelhas no sul do Paraná.

O fato chamou a atenção da imprensa e apareceram declarações como esta: "O Ministério da Agricultura informa que não há ligação entre as duas doenças", a *scrapie* e a BSE. O que é um erro grosseiro, já que a *scrapie* é



uma encefalopatia espongiforme transmissível que, presume-se, tenha dado origem à BSE no Reino Unido, na década de 80. Conforme o Usda – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos –, a *scrapie* é endêmica nos ovinos e caprinos do mundo todo, com exceção da Austrália e Nova Zelândia.

Silêncio rompido

No dia 23 de janeiro, rompendo uma espécie de pacto de silêncio que reinava na mídia a respeito da prevenção da BSE no país – era muito clara a intenção de não alarmar a população –, a *Folha* publicou uma matéria intitulada "Vaca louca exige maior vigilância", salientando que "O foco de *scrapie*, uma doença que tem forte relação com a vaca louca deve servir de alerta para o Brasil reforçar a vigilância na área de sanidade animal".

A fonte citada, autor deste texto, propunha a criação de uma força-tarefa e a mobilização de governo, pecuaristas e universidades para evitar a entrada da doença, e dizia que era "preciso também rastrear os animais importados nos últimos 10 anos pelo país". Destacava a fonte que "o Brasil não usa farinha de (carne e) ossos para a alimentação de bovinos", que é o mais provável fator de propagação da doença nos bovinos.

Uma semana depois, no dia 30, a *Gazeta Mercantil* publicou a matéria "Vaca louca faz ministério rastrear bois europeus", onde constava que "as associações de criadores de gado estão vasculhando seus arquivos para localizar o paradeiro no Brasil dos bovinos importados da Europa para reprodução nos últimos 20 anos (...). O levantamento está sendo solicitado pelo Ministério da Agricultura desde a última quinta-feira".

O Ministério da Agricultura informou que não há ligação entre a scrapie e a BSE. Um erro grosseiro, já que a scrapie é uma encefalopatia espongiforme transmissível que, presume-se, tenha dado origem à BSE no Reino Unido, na década de 80.

Segundo a matéria, "o Ministério da Agricultura centrou sua posição política sobre a doença ressaltando que o gado brasileiro alimenta-se de proteína vegetal. Porém, na semana passada o secretário de Defesa Agropecuária percebeu em Bruxelas que precisava lançar mão de novos expedientes para clarear ainda mais a argumentação brasileira".

No boxe "Gado britânico foi monitorado", o secretário afirmava que "já morreram os 179 animais das raças *jersey* e charolês, importados em 1989 e 1990 do Reino Unido". No entanto, a associação de criadores da raça declarou que "o levantamento de gado proveniente da ilha britânica de Jersey havia sido pedido em novembro ou dezembro de 2000", e em declarações posteriores transpareceu que cerca de 100 desses bovinos podem ainda estar vivos. A ilha de Jersey acumula 152 casos de BSE desde 1988.



Grau de risco

No dia seguinte, 31 de janeiro, o mesmo jornal publicou "Arma-se defesa contra vaca louca: Ministério da Agricultura vai rastrear 4.391 animais importados da França e da Alemanha".

O secretário de Defesa Agropecuária afirmou "que as medidas são necessárias para que o Brasil consiga melhorar seu desempenho no *ranking* de risco de incidência da vaca louca" e que "o Brasil está classificado na categoria de risco 2, e pretende conquistar a categoria 1 – risco mínimo de incidência", numa referência à avaliação de risco geográfico de BSE, da Comissão Européia, em Bruxelas.

A referida comissão divulgou – no *site* http://europa.eu.int/comm/food/fs/sc/ssc/outcome_en.html – as avaliações de risco de BSE de 23 países, entre os quais a Argentina, a Austrália, a Nova Zelândia, o Chile e o Paraguai, concluídas em julho de 2000, e mais recentemente as de outros seis países menos expressivos, como Botswana e Namíbia; mas não pôde concluir a avaliação do Brasil, cujas respostas só foram enviadas parte em meados do ano passado e parte em janeiro de 2001. Por isso mesmo a categoria de risco 2 – improvável, porém não excluído – não é definitiva.

Cresce a tensão

No dia 2 de fevereiro, uma sexta-feira, o Canadá decretou o bloqueio das importações de carne brasileira, no que foi seguido pelos Estados Unidos e pelo México, gerando uma onda de protestos e declarações belicosas diante das câmeras, graças à rápida propagação da versão oficial do governo brasileiro, que se colocou como vítima de uma retaliação comercial decorrente da disputa entre as fabricantes de aviões, a nacional Embraer e a canadense Bombardier.

Entretanto, conforme reportagem da *Gazeta Mercantil*, de 19 de fevereiro: "Omissão complica guerra da carne – Canadá reafirma que Brasil atrasou resposta a questionário sobre situ-

ação do rebanho", os canadenses "resolveram suspender as importações brasileiras, quando a notícia (publicada pelo jornal em 30 de janeiro) repercutiu por meio da agência Reuters, que distribuiu uma mensagem eletrônica". Os funcionários da CFIA – Agência Canadense de Inspeção de Alimentos – "encontraram, ali, o que mais temiam: um quadro frouxo de controle sobre a doença, a ponto de se pedir aos pecuaristas que providenciassem detalhes sobre a origem de cada cabeça de gado importada, data de chegada e *causa mortis*", disse a fonte.

"O ambiente era tenso. A conversa era assim: vamos dar um novo prazo ao Brasil? Vamos esperar mais uma semana, um mês, um ano? A suspensão já estava resolvida e ninguém voltaria atrás. O que se discutia era um padrão de responsabilidade diante de um pedido de outro país", disse Lavigne (da CFIA) ao jornalista da *Gazeta*. "Para falar claro: se um cidadão canadense for contaminado pela doença da vaca louca e houver prova de negligência, o governo cai em 24 horas, assegura um assessor". E mais: "A partir de documentos e testemunhos recolhidos na agência responsável pela suspensão de nossas exportações de carne, pode-se montar um retrato dramático de omissão, confusão e pouco caso de autoridades brasileiras, apanhadas na situação desagradável de quem não fez a lição de casa".

Declarações oficiais

"Se eles quiserem guerra, terão guerra", disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, em horário nobre da televisão na quarta-feira 7 de fevereiro, referindo-se às autoridades do governo canadense.

A declaração despertou um sentimento generalizado de patriotismo na população brasileira. No entanto, ninguém se lembrou de perguntar se o governo federal tinha feito o bastante para garantir a sanidade do rebanho bovino e a saúde da população do Brasil e dos países importadores.

Mas pelo menos dois grandes jornais divulgaram as declarações das autoridades – destinadas a manter a beligerância dos formadores de opinião contra o inimigo externo – intercalando análises críticas sobre a ausência de ações governamentais, ou o atraso delas, que poderiam ter evitado a crise.

Uma repórter de televisão questionou o ministro da Agricultura quanto a um fax, datado de 14 de junho de 2000, que a embaixada do Canadá em Brasília teria enviado à coordenação do Programa Sanitário, da Secretaria de Defesa Agropecuária, "solicitando respostas a um questionário preparado pelo Canadá sobre o *status* da BSE no Brasil", para que "seja evitada uma interrupção nas exportações de produtos cárneos do Brasil para o Canadá". Recebeu como resposta que ele não falaria sobre um possível documento enviado a uma funcionária de quinto escalão, desqualificando, assim, a ex-coordenadora do programa. Uma cópia do referido fax, identificado como NC 100-3-20 ANIMAL ZTTD-0408, foi publicada na *Gazeta Mercantil* em 22 de fevereiro.

Com o ato normativo acompanhado do rastreamento de todos os animais importados de países europeus afetados, o governo brasileiro se adequou, ainda que tardiamente, à avaliação do segundo fator de risco referente a animais importados.

Visão distorcida

A esse respeito, o deputado federal José Genoíno (PT-SP) escreveu, em 17 de fevereiro, no jornal *O Estado*: "Os nossos órgãos internos são aparelhos burocráticos, ineficazes, que mais atrapalham do que ajudam. No caso da vaca louca, as autoridades chegaram a extraviar os documentos de informações solicitados. Embora isso não justifique a atitude do Canadá, porque não há vaca louca no Brasil, o extravio é um sintoma da ineficácia governamental no apoio logístico aos nossos interesses comerciais".

Ao dizer que "não há vaca louca no Brasil", Genoíno repete o erro dos políticos e executivos de dentro e fora do governo, que parecem não ter entendido que a questão não era ter ou não ter BSE, mas saber se as medidas preventivas necessárias estavam sendo tomadas.

No dia 6 de fevereiro, a *Folha* revelou que o "Brasil não tem plano para a vaca louca" porque, segundo o secretário de Defesa, "a vaca louca será tratada como qualquer outra doença exótica, como a febre aftosa".

No boxe "País comprou carne suspeita em 91", recorda-se que o Brasil importou cerca de 100 mil toneladas de carne européia, 18 mil vindas da Irlanda e das quais, segundo o ex-ministro Antônio Cabrera, "alguns lotes chegaram a ser queimados, outros apodreceram antes de ser vendidos. Mas era impossível traçar sua origem". Entre 1989 e 91, a Irlanda registrou 46 casos de BSE; houve um aumento considerável nos anos seguintes, e os casos chegaram a 599 no início deste ano.

Euforia patriótica

Entretanto, a euforia patriótica era tanta, que as três principais revistas semanais, *Época*, *Veja*, e *IstoÉ*, do segundo domingo pós-embargo, desenvolveram temas com forte tom nacionalista, sob manchetes do tipo "Não é a vaca que está louca: incomodado com o crescimento da Embraer, o Canadá parte para a retaliação e inventa que a carne brasileira está contaminada".

A redatora de *Veja* afirma com muita convicção que "por trás da manobra está o bilionário mercado internacional de jatos de pequeno porte. Ao mis-

turar gado com avião, o Canadá abriu uma gigantesca crise entre os dois países".

E na revista *Época*: "Em guerra com o Canadá: conflito de empresas se transforma em confronto de países, derruba preços da carne e ameaça uma aliança continental", a equipe de redatores também opinou: "Não há um só caso comprovado da doença no país. Existe, sim, um duro embate do Brasil com o Canadá pela liderança continental na venda de aviões de médio porte. É o que está por trás do bloqueio canadense à carne brasileira".

Nessa, porém, lembraram-se de incluir algumas palavras sobre as deficiências internas: "a coesão política permitiu ao governo até dissimular falhas. As do Ministério da Agricultura, por exemplo, que levou dois anos para preencher os formulários sobre a inexistência da doença no país, mesmo depois de ter permitido a importação de mais de 4 mil reses da Europa no auge da epidemia, entre 1989 e 1994".

A CFIA não deveria ter enviado uma missão técnica ao Brasil, para depois decidir se decretaria ou não o embargo? Teria o governo brasileiro tomado as providências que vem tomando, não fosse pelo embargo decretado em 2 de fevereiro?

Missão técnica

No início da semana seguinte, em 12 de fevereiro, a embaixada canadense distribuiu um comunicado sobre a visita de uma missão técnica que chegaria ao Brasil no decorrer da semana, para "avaliar integralmente a regulamentação brasileira" sobre BSE. Os fatores de risco com as respectivas avaliações, segundo o comunicado, são três:

- práticas de alimentação e elaboração de alimentos. Procedimentos para eliminar o risco de contaminação através de ração, tais como aplicação e monitoramento de proibições em vigor, práticas de alimentação e monitoramento de instalações de elaboração de ração;
- práticas de importação. Procedimentos atualmente obedecidos para atenuar o risco decorrente de importações, como o rastreamento de animais importados de países europeus afetados, monitoramento e restrições impostas a animais ainda vivos, e importações de embriões. E identificar as importações de ração baseada em carne e osso realizados desde 1980, segundo o país de origem, e as proibições impostas às importações de animais vivos e rações;
- vigilância e procedimentos laboratoriais. Capacidade de detecção de casos de BSE, ou seja, os procedimentos de amostragem e a capacidade dos laboratórios.

Na quarta-feira 14 de fevereiro, enquanto se preparava para receber a missão técnica dos países do Nafta, o Ministério da Agricultura publicou a Instrução Normativa n.º 8, proibindo a comercialização, transferência para outro estabelecimento, de criação ou abate, de bovinos importados de países onde tenha ocorrido a doença BSE, sem autorização prévia do serviço oficial de defesa sanitária, e exigindo que os proprietários informem ao mesmo serviço a possível morte desses bovinos, antes de destruir os corpos. A instrução normativa também proíbe a venda desses bovinos ao final da vida reprodutiva, obrigando a sua destruição, e afirma que o governo federal pagará uma indenização pelos animais sacrificados.

Adequação, ainda que tardia

Com este ato, acompanhado do rastreamento de todos os animais importados – que não chegou a ser concluído até o sábado 17 de fevereiro, quando a missão técnica deixou o país – o governo brasileiro se adequava, ainda que tardiamente, à avaliação do segundo fator de risco referente a animais importados.

A questão das importações de farinha de carne e osso não constituiria um problema porque, ao contrário de muitos outros países, o Brasil é autosuficiente na produção do ingrediente utilizado nas rações de suínos e aves.

As respostas para a avaliação do primeiro fator devem ter sido fornecidas pelo governo brasileiro por meio de documentos sobre: a) proibição de uso de farinha animal nas rações de ruminantes; b) procedimentos de fabricação de farinha de carne e osso em condições suficientes (133ºC/20min/3bars) para minimizar o risco de reciclar o agente infectante; c) processamento e rotulagem de rações de modo a evitar a contaminação cruzada de ração para bovino com rações para suínos e aves, ou da utilização dessas últimas na alimentação de bovinos.

Além disso, não deve ter sido difícil para o governo demonstrar, na visita feita a um dos melhores frigoríficos nacionais, em Lins, SP, que a carne que o Brasil exporta é proveniente em grande parte do gado de corte produzido a pasto e, em menor quantidade, do gado alimentado com ração à base de grãos e proteínas vegetais. E que, por conseqüência, a carne do gado leiteiro que eventualmente estaria sujeito a alguma contaminação cruzada de rações, já que não raramente faz parte de sistemas mistos de exploração zootécnica, sempre fica para o consumo interno.

Razões canadenses

A imprensa também noticiou que alguns membros da missão foram levados a visitar uma ou duas das melhores fábricas de ração animal, na região de Ribeirão Preto, SP, o que, se de fato se deu, deve ter impressionado os técnicos, já que essas fábricas operam com a mais moderna tecnolo-

gia disponível. Isso pode ter sido um ponto positivo nos relatórios, principalmente se os técnicos realmente acreditaram que todas as nossas fábricas de ração são desse nível tecnológico.

Supõe-se que o mais difícil de explicar de maneira convincente tenha sido o terceiro fator, pois como foi noticiado no dia da visita – 16 de fevereiro – ao laboratório de Campo Grande, MS, são apenas três os laboratórios credenciados (os outros dois estão localizados no RJ e no RS). Para um rebanho de mais de 150 milhões de cabeças, produzindo anualmente mais de 30 milhões de animais para abate, seriam necessários pelo menos 10 laboratórios credenciados, executando exames de vigilância ativa e passiva.

No sábado 17 de fevereiro, o *Estado* publicou entrevista com o chefe da missão técnica Brian Evans, onde ele afirma: "Nunca dissemos que a carne brasileira ou o gado brasileiro estivesse infectado. Ao tomar a decisão do embargo, nós sabíamos que seria muito difícil que os brasileiros aceitassem isso.

Mas, insisto, a decisão foi tomada quando nós recebemos informações que sugeriram um entendimento diferente do que tínhamos até então sobre as importações feitas pelo Brasil de animais da Europa. Tomei a decisão sem nenhuma pressão sob a perspectiva comercial. Simplesmente porque minha obrigação é proteger a saúde animal e a segurança alimentar do Canadá.

Nunca foi nossa intenção testar ou reduzir a confiança das pessoas no Brasil. A pressão que sentimos é para fazermos o melhor possível no campo científico. Nós temos que ter uma justificativa científica para rever nossas ações".

Condições do Nafta

No fim da semana, dia 18 de fevereiro, os membros da missão técnica retornaram a seus países e, na sexta-feira seguinte, 23, comunicaram ao governo brasileiro a decisão de suspender o embargo.

Consta do breve relato divulgado na Internet – http://www.cfia-acia.agr.ca/english/corpaffr/newcom/brabree.shtml – que "o Brasil assegurou à missão que tem tomado medidas consistentes para prevenir a BSE.

Há três condições que os produtos de carne do Brasil devem atender para entrar nos países do Nafta: os carregamentos devem ser certificados como contendo produtos cárneos de gado nascido e criado no Brasil e não de gado importado de qualquer outro país; a carne deve vir de gado nascido após 1996, quando o Brasil baniu rações provenientes de ruminantes para ruminantes e os carregamentos devem ser acompanhados de um atestado que certifique que a carne utilizada na elaboração dos produtos era de gado alimentado exclusivamente a pasto, sem qualquer proteína de origem animal".

A se admitirem como verdadeiras as declarações do diretor executivo da CFIA, Brian Evans, de que a decisão pelo embargo foi técnica – e não há por que duvidar disso – conclui-se que a justificativa científica que ele procurava foi encontrada, ou seja, a demonstração de que os frigoríficos só elaboravam produtos para exportação com carne de gado nascido após 1996 e criado no Brasil em regime de pasto.

A se admitirem como verdadeiras as declarações do diretor executivo da CFIA, Brian Evans, de que a decisão pelo embargo foi técnica conclui-se que a justificativa científica que ele procurava foi encontrada.

Questões que ficam no ar

Para Pedro de Camargo Neto, presidente do Fundepec do estado de São Paulo, em artigo publicado no *Estado* de 21 de fevereiro, "a ausência de uma análise rigorosa sobre a doença, as falhas no relacionamento com o Canadá, mais do que displicência ou negligência de funcionários, são fruto de um Ministério da Agricultura não muito diferente dos outros, despreparado para o desafio da globalização. Muitos anos de falta de valorização profissional, ausência de novas contratações e atualização salarial deixaram o quadro desmotivado e carente. A permanente restrição orçamentária não permite vislumbrar segurança no futuro".

Depois de tudo que foi aqui relatado, ainda restam questões intrigantes, como:

- A CFIA não deveria ter enviado uma missão técnica ao Brasil, para depois decidir se decretaria ou não o embargo?
- Teria o governo brasileiro tomado as providências que vem tomando, não fosse pelo embargo decretado em 2 de fevereiro?
- É justo que o consumidor brasileiro tenha consumido a carne do gado europeu importado até fevereiro, quando por conta do embargo fez-se o rastreamento e entrou em vigor a Instrução Normativa nº 8, proibindo a entrada do gado importado na cadeia alimentar?
- Haverá monitoramento do gado ora rastreado?

Encontrar ou ao menos discutir respostas a essas questões pode ser muito útil para adquirirmos *know-how* em temas complexos do mercado externo e da sanidade no mercado interno. Reações emocionais e raivosas como tivemos durante a crise podem servir para esconder sob o tapete nossas deficiências, mas jamais serão boas substitutas para a competência nas áreas científica e diplomática.

Pedro Eduardo de Felício é professor-adjunto da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp. E-mail: felicio@fea.unicamp.br